

A dívida externa

No processo de renegociação da dívida, essencial para a renovação do crescimento, o governo mexicano, por intermédio do seu secretário da Fazenda, iniciou várias consultas e negociações com variadas instituições financeiras internacionais nos primeiros dias do novo governo. Assim se chegou a assinar uma Carta de Intenção com o Fundo Monetário Internacional, e a celebrar um acordo trianual que permitiu obter um crédito de 3,6 bilhões de dólares; a contratação de outro crédito com o Banco Mundial por 1,96 bilhões de dólares e a assinatura de um Acordo com o Clube de Paris, reprogramando o pagamento de 2,60 bilhões de dólares pelo serviço da dívida.

No entanto, o mais importante em matéria de dívida deu-se no dia 23 de julho de 1989 quando o México assinou com o comitê Assessor de Bancos um acordo em princípio para a reestruturação de mais de 53 bilhões de dólares. As alternativas a que se chegou neste acordo foram: 35 por cento de desconto sobre o principal; taxa fixa de 6,25 por cento, mantendo o valor nominal da dívida; ou a contratação de novos créditos, equivalentes pelo menos a 25 por cento da dívida anterior. Inclusive os próprios bancos podiam escolher entre uma combinação destas três opções. Em fins de 1989, 90 por cento dos bancos credores responderam positivamente ao acordo; 41 por cento decidiram-se pela redução do principal, 49 por cento pela diminuição dos juros e os restantes pela entrega de recursos. É importante fazer notar que apesar do programa começar a vigorar em janeiro de 1990, os benefícios do acordo são retroativos 1º de julho de 1989.